



14º Seminário Nacional Sociologia & Política

Saberes em Confluência

GT 17 - Ruralidades, Meio Ambiente e Emergências Climáticas

Agricultura familiar e digitalização do mundo rural: o caso do município de São Pedro do Turvo – SP

João Victor Batista de Albuquerque¹

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo, analisa-se parte dos resultados de uma pesquisa que buscou compreender os usos das chamadas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) entre agricultores familiares do município de São Pedro do Turvo (SP), considerando o contexto de intensificação de sua difusão durante a pandemia de Covid-19.

O problema de pesquisa teve origem na experiência do pesquisador que, em 2021, no auge da pandemia, exerceu a função de Professor de Apoio à Tecnologia e Inovação (PROATEC) na rede estadual de ensino de São Paulo, atuando na única escola do município. Nessa função, foi possível acompanhar a implementação de políticas voltadas à digitalização das práticas educacionais no espaço escolar, processo que passou a demandar competências

¹ Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), professor da educação básica no estado de São Paulo. E-mail: joao.victor.batista@uel.br.

tecnológicas ainda pouco consolidadas entre famílias de pequenos agricultores que compunham a comunidade escolar. Observou-se que muitas dessas famílias apresentavam domínio limitado do uso das TICs e das possibilidades abertas pelo acesso à internet.

Diante desse cenário, desenvolveu-se, em nível de mestrado², uma pesquisa com o objetivo geral de compreender o processo de digitalização e suas particularidades no cotidiano de agricultores familiares da área rural de São Pedro do Turvo. Nesse contexto, coloca-se a seguinte questão: de que maneira a incorporação das TICs no cotidiano de agricultores familiares reconfigura suas práticas sociais e produtivas, considerando as tensões entre tradição e modernização no meio rural? Este artigo, portanto, apresenta, de forma sintética, o percurso teórico-metodológico adotado, bem como parte dos resultados considerados mais relevantes, à luz do debate sobre transformações do mundo rural.

Para a apresentação dos resultados, o artigo estrutura-se da seguinte forma: inicialmente, são discutidos referenciais teóricos voltados à compreensão do campesinato e às transformações do rural brasileiro; em seguida, analisa-se informações sociodemográficas sobre o município de São Pedro do Turvo, bem como dados que indicam a ampliação do acesso às TICs em nível nacional e local, especialmente entre 2020 e 2021, período correspondente às medidas de enfrentamento da Covid-19 no estado de São Paulo; por fim, são examinados os dados qualitativos obtidos por meio de entrevistas realizadas com as famílias participantes da pesquisa.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Debate teórico

Campesinato tradicional entre rupturas e permanências

Como conceito analítico, o campesinato é frequentemente associado a formas de trabalho baseadas na unidade familiar, ainda que assuma diferentes configurações históricas e regionais. No Brasil, destacam-se traços recorrentes desse conceito: a produção diversificada, a relativa autonomia frente ao latifúndio, o trabalho predominantemente familiar, a valorização dos costumes e da religiosidade, a vinculação material e simbólica com a terra e a centralidade das relações comunitárias.

² ALBUQUERQUE, João Victor Batista de. Agricultura familiar e digitalização do mundo rural: o caso do município de São Pedro do Turvo - SP. 2024. 152 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

Na esteira dessa definição, no chamado Regime Colonial destacou-se como uma das expressões do trabalho rural não plenamente subordinado o posseiro, aquele que, por ter primeiro chegado à terra, estabelecia sua posse de fato, mas não seu reconhecimento jurídico, uma vez que o sistema de sesmarias, articulado aos interesses da Coroa, privilegiava o latifúndio e seus detentores (Martins, 1981).

Esse processo de expropriação das formas autônomas de acesso à terra se intensificou com a promulgação da Lei de Terras de 1850, que instituiu a compra como único meio legal de aquisição fundiária, favorecendo os grandes proprietários e restringindo o acesso dos trabalhadores livres à terra. Tal medida contribuiu para a expulsão ou incorporação dos posseiros como força de trabalho nas grandes propriedades. Nesse contexto, populações como caboclos, indígenas e outros grupos marginalizados foram frequentemente inseridas em relações de trabalho marcadas pela subordinação, atuando na abertura de áreas para a monocultura e na formação de pastagens.

Deriva desses grupos a relação de parceria característica do campesinato paulista, estudada por Antonio Candido entre os anos de 1948 e 1954 em Bofete, São Paulo. Portador de uma cultura rústica, o caipira paulista mobilizava técnicas ajustadas às condições do meio, que permitiam a reprodução mínima de seu grupo social, a partir de um conhecimento consolidado dos recursos naturais, de sua exploração sistemática e do estabelecimento de uma dieta compatível com o mínimo vital — aspectos articulados a uma vida social relativamente fechada e baseada em uma economia de subsistência (Candido, 2003, p. 46).

Sobre a população negra submetida ao regime escravista no período colonial, evidências arqueológicas encontradas no território do quilombo dos Palmares indicam a existência de formas complexas de organização social e produtiva. Os achados revelam uma vida social estruturada, com ruas, edificações e espaços religiosos, bem como uma produção agrícola diversificada, incluindo milho, mandioca, feijão, batata-doce, cana-de-açúcar e banana (Funari, 2012, p. 38), evidenciando práticas que podem ser aproximadas de formas autônomas de organização do trabalho e da vida social.

Entretanto, foi com a chegada de imigrantes europeus, na segunda metade do século XIX, que se consolidaram condições mais favoráveis à reprodução de formas de trabalho familiar vinculadas à terra. Como resposta à crise do escravismo, intensificada a partir de meados do século XIX, o sistema de colonato foi implementado nas fazendas de café do sudeste brasileiro, configurando uma nova etapa da organização do trabalho agrícola no interior do capitalismo. Ainda que marcado por relações desiguais e mecanismos de controle, esse sistema

incorporou o trabalho familiar como elemento central, possibilitando, em certos casos, o acesso à terra e a produção de excedentes voltados à comercialização (Martins, 2010).

Em comum, esses pequenos produtores buscavam comercializar o excedente produzido, frequentemente em feiras e circuitos locais fora das grandes propriedades. Era comum que o trabalhador rural mantivesse sua própria roça e recebesse, como parte da remuneração, uma fração do que produzia, incluindo a criação de animais. O excedente gerado poderia ser vendido ou trocado em relações de escambo. Práticas dessa natureza permanecem presentes na agricultura familiar contemporânea, que desempenha papel relevante no abastecimento alimentar da população urbana, especialmente no que se refere à produção de gêneros básicos³.

Entretanto, a compreensão da continuidade de elementos tradicionais no contexto contemporâneo não se constitui como tarefa isenta de tensões e contrapontos; ao contrário, insere-se como uma resposta às abordagens generalistas que, no âmbito das teorias da modernização, previram a dissolução do campesinato em decorrência do avanço das relações capitalistas no campo, como exemplifica a tese do “fim dos camponeses” formulada por Henri Mendras (1967).

Nessa direção, recorre-se à contribuição intelectual de Maria de Nazareth B. Wanderley (1996, 2004, 2009), para quem o campesinato deve ser compreendido a partir de sua capacidade de adaptação ativa frente às transformações impostas pela modernidade ao mundo rural. Tal adaptação não se dá de forma passiva ou linear, mas envolve tensões, reconfigurações e, por vezes, perdas, evidenciando a complexidade dos processos sociais em curso.

Desse ponto de vista, o agricultor familiar moderno deve ser entendido, fundamentalmente, como uma categoria social vinculada à sua historicidade e às particularidades de sua manifestação em sociedades contemporâneas, sendo necessário situá-lo em contextos específicos que delineiam os diferentes desafios à manutenção e reelaboração das tradições campesinas. Trata-se, portanto, de compreender o campesinato a partir de seus processos de reprodução social, nos quais “permanências e transformações se articulam de maneira dinâmica” (Wanderley, 2009, p. 156).

Em sua manifestação tradicional, o campesinato encontra-se associado a contextos rurais caracterizados por dinâmicas econômicas específicas e menor integração a mercados ampliados, nos quais a produção se organiza pela combinação de diferentes atividades (como agricultura, pecuária e

³ É importante assinalar que, de acordo com o censo agropecuário de 2017 a agricultura familiar representa 76,8% dos estabelecimentos agropecuários, mas é responsável apenas por 23,0% do Valor Bruto da Produção nesse setor, segundo o relatório final do Censo Agropecuário (FGV, 2025).

práticas artesanais) articuladas em um sistema voltado, em primeiro lugar, à reprodução das necessidades familiares. Ainda que frequentemente marcado por limitações materiais, esse arranjo mobiliza produtos e subprodutos de forma integrada, enquanto o excedente tende a ser destinado a circuitos locais de troca ou comercialização, como feiras, vilas e pequenas cidades (Wanderley, 2009).

Contudo, Wanderley (2000, 2004) ressalta que a modernização possui um significativo potencial de transformação das relações familiares e das formas de interação com a natureza, incidindo diretamente sobre a vida cotidiana e exigindo constantes processos de reavaliação por parte do agricultor familiar. Nesse contexto, o espaço local assume centralidade como lugar de articulação entre tradição e modernidade, dimensões que não se anulam, mas se inter-relacionam de forma dinâmica e, por vezes, contraditória. É nesse âmbito que “se configuram redes de relações recíprocas, em múltiplos planos, que, sob diversos aspectos, reiteram e viabilizam as particularidades locais” (Wanderley, 2004, p. 34).

Portanto, a abordagem teórica assumida nesta pesquisa não compreende a agricultura familiar como resultado da desintegração do campesinato frente às transformações modernizantes, tampouco como uma categoria residual vinculada a um passado arcaico. Ao contrário, entende o campesinato como uma forma social de organização do trabalho baseada na família que, em permanente processo de reelaboração, pode tanto expressar permanências quanto produzir rupturas no interior da tradição.

Nesse sentido, as transformações contemporâneas, entre elas a crescente mediação tecnológica das práticas produtivas e sociais, recolocam, sob novas bases, as tensões entre autonomia e dependência, tradição e mudança, que historicamente atravessam o mundo rural.

O apreço pelo ritmo e pela liberdade do trabalho

Tomando a perspectiva histórica da sociologia de Max Weber (2004), especialmente a noção de “espírito do capitalismo”, é possível compreender a existência de uma tensão entre formas tradicionais de organização do trabalho e a racionalização orientada para o lucro. Nesse sentido, parte do modo de vida camponês pode se distanciar de uma ética estritamente econômica do trabalho, mantendo práticas menos orientadas pela lógica da maximização do tempo e do lucro.

Ademais, no que se refere à organização do tempo de trabalho sob a perspectiva campesina, a obra de Edward Palmer Thompson (1998) oferece importante contribuição, especialmente a partir do conceito de “economia moral”. Ao analisar a cultura popular britânica dos séculos XVIII e XIX, o autor evidencia como diferentes grupos plebeus mobilizavam valores e costumes compartilhados para resistir às tentativas de racionalização e padronização das práticas de trabalho impostas por elites

econômicas e políticas. Esses costumes funcionavam como referenciais éticos coletivos, orientando o que era socialmente considerado justo no interior das comunidades.

Em “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial” (1998), Thompson analisa as transformações nas formas de organização do tempo decorrentes do avanço da industrialização, destacando o papel do relógio na imposição de uma nova disciplina temporal. Em contraste com essa lógica, o autor evidencia que trabalhadores como lavradores e pescadores organizavam suas atividades segundo um tempo orientado por tarefas, necessidades e ritmos naturais, e não pela mensuração abstrata e contínua do tempo. Nesse sentido, não se trata de desordem ou descaso, mas de uma racionalidade distinta de organização do trabalho.

Assim, a defesa dos costumes, incluindo ritmos vinculados à vida comunitária, configurou-se como elemento central nos conflitos sociais do período, expressando resistência às transformações impostas pela industrialização. Esse processo pode ser aproximado da crítica de Karl Polanyi (2000), que descreve a emergência do mercado autorregulado como um “moinho satânico”, capaz de desestruturar formas tradicionais de vida social.

Para além da racionalização do ritmo de trabalho, outros fatores também tensionam o modo de vida camponês, como a transformação da terra em propriedade juridicamente definida e a crescente inserção no mercado.

Ao refletir sobre a ética camponesa, Woortmann (1990) destaca que, no primeiro caso, a terra deixa de ser apenas um espaço de pertencimento construído pelo trabalho e pela família, passando a ser concebida como um bem jurídico. Em contraste, na lógica camponesa, a legitimidade da posse está associada ao trabalho e à constituição do grupo familiar no território, como expressa o autor: [...] é-se dono pelo trabalho, independentemente de haver ou não propriedade jurídica da terra. Sinonimamente, é-se sitiante por se ter construído o sítio, espaço por excelência da família, através do trabalho, ou por tê-lo herdado de um pai para transmiti-lo no futuro a outro pai”. (Woortmann, 1990, p. 29).

No que se refere à crescente dependência do mercado, Woortmann evidencia a substituição de relações de reciprocidade, baseadas em vínculos familiares e comunitários, por relações assalariadas, o que implica maior subordinação às dinâmicas externas e perda de autonomia no processo de trabalho.

Nesse sentido, a valorização da autonomia constitui elemento central na caracterização do campesinato, inclusive em suas formas contemporâneas. Diante disso, a incorporação de tecnologias digitais no meio rural recoloca o problema da dependência sob

novas bases, suscitando a seguinte questão: de que maneira o agricultor familiar se adapta estrategicamente em um contexto cada vez mais mediado por tecnologias?

Para pensar um “rural digital”

Tomamos o campesinato em sua condição histórica, em seu modo de fazer agricultura e em sua capacidade de agência, conforme proposto por Jan Douwe van der Ploeg (2008). Em sua contribuição teórica, o autor enfatiza a agência do campesinato em um mundo em transformação, destacando as estratégias de reprodução social como uma verdadeira arte do equilíbrio, por meio da qual os agricultores buscam soluções frente às pressões e incertezas inerentes ao mercado (Ploeg, 2016). Tal abordagem apresenta a vantagem de não reduzir o campesinato a uma categoria residual do passado, frequentemente associada a formas arcaicas e não modernas de trabalho, mas de reconhecê-lo como uma forma social contemporânea, dinâmica e criativa.

Além disso, as linhas gerais propostas em sua “definição abrangente” (Ploeg, 2008) permitem estabelecer comparações entre diferentes contextos empíricos, contemplando realidades situadas em regiões com distintos níveis de desenvolvimento, bem como possibilitando análises que articulam passado, presente e futuro.

Nessa perspectiva, o uso de TICs por agricultores familiares de São Pedro do Turvo pode ser compreendido como parte de um processo mais amplo de transformação das práticas camponesas, não estando dissociado de outras experiências históricas vividas por populações rurais em diferentes contextos do Brasil.

Podem-se citar estudos que tratam de realidades empíricas semelhantes, como os artigos “O perfil, o uso e a apropriação de TIC pela agricultura familiar do Vale do Caí-RS” ((Fontoura *et al.*, 2016; 2020) e “Brasil e Desenvolvimento Rural: a importância das TICs e dos controles econômicos e financeiros na visão dos agricultores familiares do Vale do Caí-RS” (Fontoura; Deponti, 2018). Ambos os trabalhos, realizados em oito municípios da região do Vale do Caí, no Rio Grande do Sul, analisam o acesso, o uso e a apropriação de TICs por agricultores familiares, oferecendo elementos importantes para a compreensão desse fenômeno em contextos rurais.

Ainda que a pesquisa publicada em 2018 tenha tomado como referência dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2005, as observações de campo indicaram que, em 86% das 375 propriedades analisadas, havia predominância do uso do

telefone celular como principal meio de acesso à internet, evidenciando a centralidade dessa tecnologia no cotidiano rural.

No caso do estudo “Ruralidade e tecnologias de informação e comunicação” (Escosteguy; Fellipi, 2017), os pesquisadores realizaram entrevistas na microrregião de Santa Cruz do Sul-RS, caracterizada pela produção de tabaco, com o objetivo de compreender diferentes formas de uso das TICs. Entre os resultados, destaca-se o recorte de gênero, que evidencia distintas formas de apropriação dos dispositivos digitais. No caso das mulheres agricultoras, os autores indicam que o celular aparece como uma “tecnologia do coração”, por permitir a gestão das distâncias e dos tempos nas relações familiares e sociais (Escosteguy; Fellipi, 2017).

No que se refere à distribuição desigual das TICs no meio rural, especialmente quando se considera a coexistência entre a agricultura familiar e a agroindústria, Fernandes (2020), no artigo “Tecnologia e ruralidades”, argumenta que o chamado agro tech não constitui uma realidade homogênea no campo brasileiro. Ao contrário, evidencia-se uma profunda desigualdade no acesso e na transferência de tecnologias, resultando em tensões entre formas de produção camponesas e modelos tecnológicos associados ao agronegócio. Tal cenário pode ser interpretado, segundo o autor, à luz da tese da colonização do mundo da vida, proposta por Jürgen Habermas.

Aproximando esse debate da gramática habermasiana (Fernandes, 2020), a tecnologia mobilizada no contexto camponês pode ser compreendida como parte das dinâmicas do mundo da vida, articulando dimensões materiais (econômicas e políticas) sem necessariamente comprometer a reprodução simbólica — como tradição, cultura e identidade. Por outro lado, o avanço das sociedades capitalistas tardias intensifica a expansão dos sistemas, nos quais a lógica instrumental tende a penetrar e reconfigurar as esferas do mundo da vida.

No entanto, compreender o avanço da racionalização técnico-industrial e a crescente mediação por redes digitais como parte de um processo de colonização do mundo rural (Brandenburg, 2012) não implica, necessariamente, concluir pelo desaparecimento do campesinato. Ao contrário, sob a perspectiva da teoria dos “novos atores” (Brandenburg, 2010), o ambiente digital pode ser entendido como um espaço privilegiado para a observação de processos de reinvenção da tradição e da emergência de racionalidades alternativas (como a ambiental) bem como da constituição de formas específicas de atuação que podem ser compreendidas como uma “racionalidade digital”

2.2 Procedimentos Metodológico

Desde o início, considerou-se a relação entre a escola estadual responsável pela implementação do regime de ensino remoto e as famílias de agricultores familiares com filhos matriculados como um contexto desafiador, uma vez que implicava a introdução das tecnologias digitais como meio de realização, no espaço doméstico, das atividades escolares. Dentre os diversos casos possíveis de análise, o recorte empírico deste estudo concentrou-se em seis famílias de pequenos agricultores vinculadas à escola, totalizando 28 indivíduos.

As entrevistas foram do tipo semiestruturado, conduzidas com o auxílio de um roteiro aberto, e as respostas foram registradas por meio de gravações em aparelho celular. As entrevistas ocorreram nas propriedades rurais de cada família — o “sítio”, termo recorrente nas falas dos interlocutores e que demarca uma distinção em relação ao espaço urbano —, entre os meses de abril e junho de 2023.

No momento das entrevistas, as famílias indicaram um ou mais integrantes adultos como responsáveis por responder às questões. No entanto, em função da natureza aberta do método adotado, bem como da especificidade da situação (em que o pesquisador também era reconhecido como “professor”), outros membros da família, especialmente os mais jovens, acompanharam os encontros e, em alguns casos, também participaram das interações.

Como resultado, as respostas foram frequentemente construídas de forma coletiva, sendo atravessadas por intervenções e complementações de diferentes integrantes presentes. Situações como filhos que, ao lado dos pais, auxiliavam na organização das narrativas; o constrangimento de uma jovem diante das falas do avô, principal interlocutor da família, que expressava receio em relação à internet; ou ainda as interrupções ocasionadas por elementos do cotidiano, como a passagem de vizinhos, sons de animais e atividades domésticas, compuseram o cenário das entrevistas, conferindo densidade ao material empírico produzido.

Para a divulgação dos resultados, os nomes próprios dos participantes foram substituídos por nomes fictícios. No entanto, optou-se por manter os sobrenomes ao se referir às famílias e às propriedades, de modo a preservar a identificação dos núcleos familiares analisados. Assim, nossa amostra é composta pelas famílias Mendonça, Moraes, Antunes, Souza, Andrade e Gomes.

Por fim, os dados quantitativos mobilizados para contextualizar o processo de digitalização do meio rural, em níveis nacional e municipal, foram obtidos a partir de instituições reconhecidas, como a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2.3 Análise de resultados

Estrutura social e tradição camponesa

Para compreender as condições sociais em que se insere o uso das TICs, é necessário situar o município de São Pedro do Turvo em termos de sua estrutura agrária, dinâmica econômica e formas de organização social.

Localizado no Centro-Oeste do Estado de São Paulo, São Pedro do Turvo possui uma população de 7.214 habitantes, distribuída em uma considerável extensão territorial de 731,221 km². A área urbanizada do município é bastante reduzida, correspondendo a apenas 1,44 km², sendo a terceira menor da microrregião de Ourinhos, composta por outros dez municípios (IBGE Cidades, 2021)⁴.

Entretanto, como é comum em municípios brasileiros marcados pela concentração fundiária, a maior parte da população reside na área urbana (71,56%), sem que isso se traduza, necessariamente, em inserção produtiva estável, uma vez que apenas 21% da população encontrava-se ocupada. Tal descompasso evidencia uma dissociação entre local de residência e acesso ao trabalho, frequentemente associado à dependência de atividades agroindustriais sazonais.

Informações do Censo Agropecuário de 2017 indicam que o município conta com cerca de 558 estabelecimentos agrícolas, dos quais 68,2% pertencem à agricultura familiar⁵. O principal cultivo é a produção de laranja, sendo o município o 29º produtor no estado de São Paulo. Em articulação com o município vizinho, Santa Cruz do Rio Pardo, segundo maior produtor estadual, configura-se uma microrregião com significativa oferta de trabalho sazonal, especialmente na colheita manual do fruto.

Nesse contexto, é comum a presença de trabalhadores migrantes provenientes de outras regiões do Brasil, especialmente do estado da Bahia, atraídos pela demanda por mão de obra. Trata-se de um trabalho marcado por elevado esforço físico e riscos, o que evidencia a coexistência entre formas modernas de produção agroindustrial e condições laborais precárias, revelando as desigualdades estruturais que atravessam o meio rural contemporâneo.

As seis famílias que participaram da pesquisa mantêm produção ativa em suas propriedades, combinando práticas voltadas ao autoconsumo, como a criação de animais, com atividades orientadas ao mercado, como o cultivo de legumes em estufas e sistemas hidropônicos, além do arrendamento de terras para o plantio de soja e milho. Tal configuração

⁴ Disponível: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-pedro-do-turvo>> acesso em 12/04/2026

⁵ Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 abr. 2026.

evidencia a articulação entre diferentes estratégias de reprodução social, conforme discutido por Ploeg (2008), nas quais a diversificação produtiva constitui elemento central para a manutenção da autonomia relativa das unidades familiares.

As formas de acesso à terra também se apresentam como elemento diferenciador. Predomina a aquisição por herança, o que explica a presença regional de sítios pertencentes a famílias com o mesmo sobrenome, formando áreas em que as relações de vizinhança se estruturam a partir de vínculos de parentesco (caso das famílias Andrade, Souza, Antunes, Moraes e Mendonça). Essa configuração reforça a centralidade da família como unidade organizadora do campesinato, conforme destacado por Wanderley (2009), e evidencia a articulação entre território, trabalho e relações sociais.

A principal exceção observada é a família Gomes, cuja propriedade foi adquirida por meio de uma associação de trabalhadores rurais formada por nove famílias, no âmbito do programa Banco da Terra, no ano 2000. Diferentemente dos demais casos, não havia vínculos parentais entre os participantes, mas sim o interesse comum pelo acesso à terra. Segundo o relato de Valdemar, principal interlocutor da família, a experiência coletiva não se sustentou ao longo do tempo, sendo marcada pela saída de grande parte dos membros e pela fragmentação do projeto inicial. Esse caso evidencia tensões e limites das formas coletivas de organização, contrastando com a lógica familiar predominante no campesinato local.

Entre as práticas relatadas pelas famílias, destaca-se o mutirão, amplamente descrito na literatura sobre a cultura caipira. Conforme aponta Candido (2002), trata-se de uma forma de cooperação baseada na reciprocidade, em que vizinhos se reúnem para realizar tarefas agrícolas ou construtivas, sendo posteriormente recompensados com alimentação e celebração. No contexto estudado, o mutirão aparece como uma prática ainda presente, evidenciando a persistência de formas de cooperação não mediadas pelo mercado, o que pode ser interpretado à luz da noção de “economia moral” (Thompson, 1998) e das críticas à mercantilização das relações sociais (Polanyi, 2000).

As festas religiosas também desempenham papel central na organização da vida social local. As celebrações em torno das bandeiras de São João (24 de junho) e São Pedro (29 de junho) mobilizam diferentes bairros rurais do município — Palmitalzinho, Tarumã e Saltinho —, promovendo deslocamentos simbólicos e reforçando vínculos comunitários. Tais práticas, conforme discutido por Brandão (1983), contribuem para a manutenção de um senso de pertencimento coletivo, indicando que, mesmo diante das transformações contemporâneas, elementos simbólicos da tradição permanecem como estruturantes da vida social.

Por fim, aspectos daquilo que Candido (2002) definiu como “cultura rústica” podem ser observados nas falas dos entrevistados, especialmente no que se refere à valorização da autossuficiência e à organização da vida em torno do “mínimo necessário”. Como sintetiza Joca, da família Moraes: “com tão pouco [...] dá pra viver se souber se virar [...] não dependo de ninguém pra comer”. Essa perspectiva evidencia uma vida orientada pela busca de autonomia e segurança material, ainda que em condições limitadas, aproximando-se daquilo que a literatura identifica como estratégias de reprodução do campesinato.

Durante o registro dessa fala, o Joca realizava atividades domésticas relacionadas ao preparo e conservação de alimentos, como o armazenamento de carne na banha, prática tradicional que permite prolongar o consumo ao longo do tempo. Esse tipo de atividade reforça a articulação entre saberes práticos, organização do trabalho familiar e estratégias de subsistência, indicando a permanência de formas específicas de relação com o tempo, o trabalho e a produção no meio rural.

Infraestrutura digital no município

A análise da infraestrutura digital no meio rural brasileiro, especialmente no período que abrange a pandemia de Covid-19, revela transformações significativas no acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação, ainda que marcadas por desigualdades persistentes.

Considerando os dados da PNAD Contínua de 2019 e 2022, observa-se um crescimento expressivo no percentual de domicílios rurais com acesso à internet, que passou de 57,8% para 74,7%. Esse aumento foi proporcionalmente superior ao verificado nas áreas urbanas, onde a expansão ocorreu de 88,1% para 92,3% no mesmo período⁶. Tal movimento indica uma aceleração do processo de digitalização no meio rural, fortemente impulsionada pelas demandas impostas pela pandemia, especialmente nas esferas do trabalho, da educação e da comunicação.

Nesse contexto, destaca-se a centralidade do telefone celular como principal dispositivo de acesso à internet. Desde 2016, seu uso já era predominante, atingindo quase a totalidade dos usuários em 2021 (99,5%) (PNAD, 2022). Esse dado evidencia que a inclusão digital no meio rural ocorre, majoritariamente, por meio de tecnologias de menor custo e maior portabilidade, o que, por um lado, amplia o acesso, mas, por outro, pode limitar a qualidade e a diversidade dos usos possíveis.

⁶Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2022/09/internet-chegou-a-90-dos-domicilios-brasileiros-no-ano-passado>>. Acesso em 12/04/2026.

Outro aspecto relevante refere-se à mudança no perfil dos dispositivos utilizados. Em 2022, a televisão passou a ocupar o segundo lugar como meio de acesso à internet, superando o microcomputador. Enquanto este último apresentou queda relativa em sua presença nos domicílios, a televisão conectada atingiu 44,4%. Tal deslocamento sugere uma reconfiguração dos modos de acesso e uso das TICs, mais alinhados a práticas cotidianas e ao consumo de conteúdos digitais, em detrimento de usos mais complexos associados ao computador.

Ao ampliar a análise para os dados da pesquisa TIC Domicílios (Cetic.br), entre 2019 e 2024, observa-se tendência semelhante: a proporção de usuários de internet em áreas rurais passou de 53% em 2019 para 73% em 2021, com crescimento mais moderado nos anos seguintes, alcançando 76% em 2024. Esse comportamento indica que o período pandêmico atuou como um catalisador do processo de digitalização, antecipando tendências que, em condições normais, poderiam se desenvolver de forma mais gradual.

Apesar do avanço, os dados também evidenciam desigualdades importantes. O compartilhamento de conexão entre domicílios, por exemplo, atinge 26% na área rural, percentual superior ao observado em contextos urbanos. Essa prática, mais comum entre grupos de menor renda e em regiões com infraestrutura limitada, revela estratégias locais de acesso à internet, que, embora ampliem a conectividade, também indicam precariedade nas condições de acesso e dependência de redes informais.

No caso específico do município de São Pedro do Turvo, os dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) corroboram as tendências observadas em nível nacional⁷. Entre 2019 e 2021, período diretamente impactado pelas medidas de enfrentamento à Covid-19, houve um aumento significativo no número de acessos à telefonia móvel, que passou de 4.987 para 6.169 linhas ativas. Esse crescimento expressivo indica a ampliação do acesso às redes digitais no contexto local, acompanhando a intensificação das demandas por conectividade.

Nos anos subsequentes, observa-se a continuidade desse crescimento, ainda que em ritmo mais moderado, atingindo 7.140 acessos em 2024 (Anatel, 2026). Esse padrão reforça a interpretação de que a pandemia atuou como um momento de inflexão no processo de digitalização, seguido por uma fase de estabilização.

Além disso, verificou-se um aumento relevante no número de acessos à televisão por assinatura no período inicial da pandemia, passando de 594 em 2020 para 1.052 em 2021. Embora esse número tenha apresentado leve retração nos anos seguintes, o dado indica uma

⁷ Disponível em: <https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/meu-municipio/>. Acesso em: 12 Abril. 2026.

ampliação do acesso a dispositivos conectados, em consonância com as tendências nacionais observadas.

Por fim, conclui-se que os dados apresentados indicam que a digitalização do meio rural brasileiro e, em particular, do município de São Pedro do Turvo não ocorre de forma homogênea, sendo marcada por avanços significativos, mas também por desigualdades estruturais. Nesse sentido, o acesso às TICs deve ser compreendido não apenas como um processo técnico, mas como parte das estratégias de adaptação e reprodução social dos agricultores familiares (Ploeg, 2008), que incorporam essas tecnologias de maneira situada, negociando suas possibilidades e limites no interior de contextos sociais específicos.

TICs e educação durante a pandemia

No que se refere às TICs declaradas pelas famílias entrevistadas, os relatos evidenciam a heterogeneidade das condições de acesso e uso, revelando desigualdades significativas que impactaram diretamente a experiência escolar durante a pandemia. A imposição do ensino remoto, nesse contexto, não apenas intensificou a centralidade das tecnologias digitais, como também expôs os limites estruturais de sua incorporação no meio rural.

Na família Andrade, por exemplo, a aquisição de um aparelho celular durante o período de isolamento social esteve diretamente vinculada à necessidade de acompanhamento das atividades escolares de Cadu, filho mais velho: “Daí o Cadu até os... se ele vai fazer quinze agora, semana que vem, então, até os treze, ele não tinha celular, ele usava o nosso quando precisava, aí, com a pandemia, precisou comprar, e aí a gente comprou o celular pra ele poder estudar”. Até então, o uso do dispositivo era compartilhado entre os membros da família, sendo a compra motivada por uma demanda externa, a escola, que passou a exigir o acesso individualizado às plataformas digitais. Esse caso evidencia como a incorporação das TICs pode ocorrer de forma reativa, em resposta a exigências institucionais, e não necessariamente como resultado de uma demanda interna das famílias.

Situação distinta foi observada na família Souza, que já dispunha de acesso à internet via rádio antes da pandemia, bem como de maior disponibilidade de dispositivos. Ainda assim, a experiência do ensino remoto foi marcada por limitações, especialmente no que se refere à mediação pedagógica. Como relatado por João, filho mais velho e estudante, embora tenha sido

possível acompanhar as atividades, o processo foi percebido como prejudicial à aprendizagem, sobretudo pela dificuldade de interação e esclarecimento de dúvidas⁸.

Esse relato aponta para uma dimensão qualitativa do acesso às TICs, indicando que a simples disponibilidade de conexão não garante condições adequadas de uso, especialmente em contextos educacionais.

De forma semelhante, a família Mendonça também relatou relativa facilidade na adaptação ao ensino remoto, em função do acesso prévio à internet. Tal condição está associada à presença de infraestrutura local como antenas de internet via rádio, evidenciando a importância de fatores territoriais na mediação do acesso às tecnologias: “Quando comprou este telefone aqui já tinha...acho que foi 2018...um pouco de casa já tinha internet, só que você vê ali que tem um morro, daí um pouco já tinha, mas o resto pra baixo não tinha ainda, daí eles colocaram uma antena lá em cima, daí o resto aqui pra baixo agora tudo tem”. Nesse sentido, a proximidade com pontos de distribuição de sinal configura-se como elemento determinante na experiência digital das famílias, reforçando a desigualdade espacial do acesso às TICs no meio rural.

Em contraste, as experiências das famílias Moraes e Gomes evidenciam os limites desse processo de digitalização. No caso da família Moraes, a instabilidade do sinal de internet inviabilizou o uso das plataformas educacionais, obrigando a estudante a recorrer à retirada e entrega física de atividades na escola localizada na área urbana⁹. Tal situação evidencia uma forma de exclusão digital que não se restringe à ausência de dispositivos, mas envolve também a qualidade da conexão e a infraestrutura disponível.

Situação ainda mais crítica foi relatada pela família Gomes, em que um dos estudantes chegou a interromper sua trajetória escolar em função da impossibilidade de acompanhar o ensino remoto. A ausência de acesso adequado às TICs implicou não apenas dificuldades pontuais, mas uma ruptura efetiva no percurso educacional, revelando o impacto estrutural das

⁸ Pesquisador: É, João, durante a pandemia você precisou muito da internet?/João: Sim/ Pesquisador: E usou como?/ João: Assim, pra assistir as aulas, pra entregar atividade, pesquisar, usei bastante/ Pesquisador: E teve alguma dificuldade ou conseguiu...?/ João: Consegui.../Pesquisador: Você gostou desse processo de estudar pela internet?/ João: Ah, pra mim acho que prejudica, porque fica mais...você tá em sala é mais fácil de tirar dúvidas, e a explicação é sempre melhor.

⁹ Pesquisador: E quando você faz atividades para a escola, é através dos dados móveis? /Tha: Quando funciona, quem, pra fazer aquela bendita Prova Paulista, me deu uma dor de cabeça, porque eu fui tentar fazer em casa e depois não abria, porque a internet não suportava, a internet do celular não suportava, e por fim eu consegui fazer lá na escola/ Pesquisador: É... E lá você tem computador, na sua casa? / Tha: Tem, mas ele não funciona, eu usava ele mais pra, tipo, eu ia na casa do meu pai, salvava um filme no pen drive e passava para o computador, só pra isso mesmo.

desigualdades digitais. Nesse caso, a mediação tecnológica, longe de promover inclusão, atuou como fator de ampliação das desigualdades já existentes¹⁰.

Esses diferentes casos permitem observar que a incorporação das TICs no meio rural não se dá de forma homogênea, sendo atravessada por condições materiais, territoriais e sociais específicas.

Além disso, as dificuldades relatadas apontam para tensões entre formas tradicionais de organização da vida social e as exigências de uma crescente digitalização das relações institucionais. Por outro lado, mesmo diante das limitações, as famílias mobilizaram diferentes estratégias para lidar com as exigências impostas, seja por meio da aquisição de novos dispositivos, do compartilhamento de recursos ou do deslocamento até a área urbana para acesso à internet. Tais práticas evidenciam que, longe de uma posição passiva, os agricultores familiares atuam de forma ativa na negociação com as condições impostas, reelaborando suas práticas cotidianas.

Assim, os dados analisados indicam que o processo de digitalização, intensificado durante a pandemia, não resultou em uma ruptura com o modo de vida camponês, mas em sua reconfiguração. As TICs passam a integrar o cotidiano das famílias de maneira situada, tensionando práticas tradicionais, mas também sendo apropriadas de acordo com as lógicas e necessidades próprias do contexto rural.

3. CONCLUSÃO

Os resultados apresentados, que derivam de entrevistas com seis famílias de agricultores familiares do interior de São Paulo, indicam que a incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no meio rural, intensificada no contexto da pandemia de Covid-19 e, no caso de nossa amostra, pela digitalização das relações educacionais, não se deu de forma homogênea, sendo atravessada por desigualdades materiais, territoriais e sociais que condicionam as possibilidades de acesso e uso por parte dos agricultores familiares.

¹⁰ Pesquisador: A questão da internet, fez falta?/ Valdemar: Nossa, mas fez demais da conta, o Pedro mesmo perdeu 1 ano de escola porque não tem internet, e ele não queria voltar, e a gente chamou ele no tento: “Não, se você perder, você vai tocar mais uns anos pra frente. Lá na frente, você vai estudar casado. Aí, depois de casado, você vai voltar a estudar, se você não quiser ficar no sítio, porque vai ter que ir pra cidade.” E agora ele agradece por ter voltado, mas tinha que ter voltado, né? Tinha que voltar, tinha que voltar e terminar, e não voltar mais, não, porque aí já passou... mas, se tivesse internet, ele já tinha terminado, ele até começou na internet, mas não teve como, no celular, como que vai fazer coisa aqui dentro de casa, não fazia, não tinha como fazer, se nós têm internet aqui eles tinham feito, né? tinham como fazer.

Do ponto de vista analítico, tais evidências permitem compreender que a expansão das TICs no meio rural não implica a dissolução do campesinato, conforme sugerido por abordagens clássicas da modernização, mas sua reconfiguração. Em consonância com as contribuições de Wanderley (2009) e Ploeg (2008), observa-se que os agricultores familiares mobilizam estratégias diferenciadas de adaptação, incorporando as tecnologias de maneira situada, em diálogo com suas condições concretas de existência e com suas formas próprias de organização social.

Por fim, à luz das reflexões de Brandenburg (2010; 2012), argumenta-se que a digitalização do meio rural deve ser compreendida como um processo ambivalente, no qual se articulam, simultaneamente, dinâmicas de racionalização e possibilidades de reinvenção. Assim, mais do que representar uma ruptura com o modo de vida camponês, as TICs passam a integrar um campo de tensões e negociações, no qual tradição e modernidade se entrelaçam, contribuindo para a emergência de novas formas de ação e sociabilidade no meio rural

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, João Victor Batista de. **Agricultura familiar e digitalização do mundo rural: o caso do município de São Pedro do Turvo - SP**. 2024. 152 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

ANATEL – AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. **Meu município: São Pedro do Turvo**. Disponível em: <https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/meu-municipio/>. Acesso em: 12 Abril. 2026.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os caipiras de São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRANDENBURG, Alfio. A colonização do mundo rural e a emergência de novos atores. **Ruris**, Campinas, v. 4, p. 167–194, 2012.

BRANDENBURG, Alfio. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 13, p. 417–428, 2010.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e as transformações dos seus meios de vida**. São Paulo: Ed. 34, 2001.

CETIC.BR – Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. **TIC Domicílios 2024**. São Paulo: CGI.br, 2024.

CGI.BR – Comitê Gestor da Internet no Brasil. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros**. São Paulo, vários anos.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D.; FELLIPI, Ângela Cristina Trevisan. Ruralidade e tecnologias de informação e comunicação: os novos modos de viver de famílias agricultoras. **Cuadernos del CLAEH**, ano 36, n. 106, 2017.

FERNANDES, Maurício. **Tecnologia e ruralidade: considerações a partir da tese da colonização de Jürgen Habermas**. Vozes, Pretéritos & Devir, v. 11, n. 11, p. 291–306, 2020.

FONTOURA, Fernando Batista Bandeira da; DEPONTI, Cidônea Machado. Desenvolvimento rural: a importância das TICs e dos controles econômicos e financeiros na visão dos agricultores familiares do Vale do Caí-RS. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 85–103, jan./abr. 2018

FONTOURA, Fernando Batista Bandeira da; DEPONTI, Cidônea Machado; KIST, Rosane Bernadete Brochier. O perfil, o uso e a apropriação de TIC pela agricultura familiar do Vale do Caí-RS, Brasil. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 89–105, 2016.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). **Relatório final do Censo Agropecuário. Rio de Janeiro: FGV Agro, 2025**. Disponível em: <https://agro.fgv.br/sites/default/files/2025-10/Relat%C3%B3rio%20Final%20Censo%20Agropecu%C3%A1rio.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2026.

FUNARI, Pedro Paulo. A arqueologia de Palmares: sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana. In: **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. Org. João José Reis, Flávio dos Santos Gomes, 1ªed, São Paulo: Claro Enigma, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. São Pedro do Turvo (SP). **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-pedro-do-turvo/panorama>. Acesso em: 12 abr. 2026.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 abr. 2026.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua: acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2019**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12/04/2026.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1981.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

MENDRAS, Henri. **La fin des paysans: changements et innovations dans les sociétés rurales françaises**. Paris: S.E.D.E.I.S., 1967.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares**. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano**. Trad. Claudia Ferreira. 1ª ed. São Paulo, Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

POLANYI, Karl. O moinho satânico. In: POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

THOMPSON, Edward P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267–304.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma (org.). **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 31–44.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. 2004. Apresentação de trabalho.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. 1997. Apresentação de trabalho.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas. Estudos Sociedade e Agricultura**, 2013.

WOORTMANN, Klass. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 7, n. 1, jan./jun. 1990.

WOORTMANN, Klass. “Com parente não se negocia”. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 12, p. 11–73, 1990.

CHECKLIST PARA PAPER COMPLETO	
NORMAS	ASSINALAR COM “✓” OU “OK”
Logo do 14º SNS&P na primeira página	ok
Texto entre 12 e 15 páginas (excluindo capa e referências)	
Formato de papel A4	ok
Margens superior e esquerda: 3 cm; inferior e direita: 2 cm	ok
Fonte Times New Roman, tamanho 12	ok
Recuo de 1,25 cm para a primeira linha de cada parágrafo	ok

Espaço entre linhas de 1,5	ok
Referências conforme normas o “Manual de Normalização de Documentos Científicos de acordo com as normas da ABNT” [UFPR]: < https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/73330 >	
Conversão do arquivo em .pdf	